

# Estudo Técnico Preliminar 94/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 21000.067690/2023-51

## 2. Descrição da necessidade

2.1 O presente estudo técnico trata da necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação de mídias audiovisuais, com fornecimento de mão de obra, objetivando manter em pleno funcionamento os equipamentos de áudio e vídeo existentes, e os que vierem a ser adquiridos, nos edifícios sede e anexo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em especial aqueles equipamentos utilizados nos auditórios Olacyr de Moraes, Senador Jonas Pinheiro e Deputado Moacir Michelto, bem como aqueles equipamentos utilizados em eventos realizados em ambientes externos ao MAPA.

2.2 Sabe-se que o serviço em questão demanda conhecimentos técnicos especializados, ante a complexidade de operação dos equipamentos e o valor econômico dos mesmos, destacando que não há no quadro de pessoal do MAPA cargos específicos destinados à realização das atividades indicadas, as quais são essenciais ao cumprimento da missão institucional deste Ministério.

2.3 É relevante notar que, devido ao cenário gerado pela pandemia de COVID-19, os eventos realizados nos auditórios agora se caracterizam, de forma bastante significativa, pela participação remota das pessoas e, fundamentalmente, pelo uso intensivo de aplicativos e arquivos relacionados à mídia audiovisual. Isso inclui transmissões ao vivo em várias plataformas. É importante destacar que problemas na operação ou manutenção do Sistema de Áudio e suas transmissões associadas podem afetar a qualidade do material produzido.

2.4 Para atender às necessidades neste contexto e reclassificar a categoria dos profissionais prestadores de serviços na área, planejamos realizar um processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. Isso se deve ao fato de que o objeto em questão pode ser facilmente mensurável e classificado como serviço comum.

2.5 A modalidade proposta de pregão eletrônico está enquadrada no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. A legislação aplicável a aquisição dos bens objeto deste estudo encontra amparo na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001; no Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000; no Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, no Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979 e no Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGLI/DA/SE	Ric Marlone Gonçalves Costinhas

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A pretensa contratação deverá ser celebrada com a contratada, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que estabelece o Inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e conforme os termos dos artefatos a serem elaborados pelo setor competente, além dos seguintes requisitos:

4.1.1 serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.1.2 Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público, - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003

4.1.3 Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à categoria de ocupações, conforme o Código Brasileiro de Ocupações, para os serviços de Operador de Mídia Audiovisual (CBO 3731-05);

4.1.4 O profissional disponibilizado pela Contratada para o posto de Operador de Mídia Audiovisual deverá possuir, no mínimo, a seguinte qualificação:

- formação de nível médio (2º grau completo);
- curso básico de operação de áudio ou curso básico de operador de áudio em equipamentos digitais;
- curso de operador de câmera;
- noções de informática;
- registro na Delegacia Regional do Trabalho tanto para tratamento de registro sonoros quanto para tratamento de registros audiovisuais

4.1.5 A qualificação dos profissionais deverá ser comprovada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, por meio de apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou declarações válidas, emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, além de portfólio ou currículo documentado.

4.1.6 Será exigido o fornecimento de uniformes, e os empregados deverão estar identificados por meio de crachá.

4.1.7 Os serviços poderão ser prestados no período de 07h às 22h, de segunda-feira à sexta-feira e, excepcionalmente e a critério do contratante, aos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto e a jornada de trabalho diária da respectiva categorias profissional definida na Convenção Coletiva de Trabalho.

4.1.8 Não haverá necessidade da CONTRATADA promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, pois as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 5. Habilitação

5.1 O adjudicatário deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

1. Cumprimento dos requisitos legais previstos na legislação vigente;
2. Possuir as condições necessárias para a execução dos serviços a serem contratados, de forma continuada, em quantitativo que corresponda ao somatório dos postos previstos no TR;
3. Que tenha executado contratos com fornecimento de mão de obra;
4. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes com o fornecimento de mão de obra, comprovando experiência mínima de 01 (um) ano por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com tal objeto, podendo ser aceito o somatório de atestados, conforme ANEXO VII, da Instrução Normativa n.º 05, de 2017.
5. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes com o fornecimento de mão de obra, comprovando experiência mínima de 01 (um) ano por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com tal objeto;
6. comprove que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnica, conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços;

5.2 A CONTRATADA deverá comprovar que atende aos requisitos técnico-operacionais conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços;

5.3 A Empresa deverá entregar Declaração que informe a posse dos documentos relacionados abaixo atualizados ou que reunirá condições de apresentar tais documentos no ato de assinatura do Contrato:

1. Apresentação de Declaração de Visita Técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços, respeitando as orientações que deverão estar contidas no Termo de Referência ou Edital.

5.4 As declarações deverão ser elaboradas preferencialmente em papel timbrado da empresa, contemplando assinatura e identificação do responsável legal da licitante.

5.5 A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal /88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:

5.6 A pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

5.7 Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

5.8 Adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.

## 6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

6 A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal /88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:

6.1 A pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

6.2 Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

6.4 Adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.

6.5 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.5.1 A logística reversa deve ser de responsabilidade do Contratado, que deve obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças defeituosas e embalagens dos produtos utilizados.

6.5.2 Todo o resíduo reciclável gerado deve ser descartado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes.

6.5.3 Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2 de 4 de junho de 2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados, na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

6.5.4 Todos os descartes deverão ser realizados pelo Contratado, segundo as recomendações normativas sobre o assunto, dando um fim responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1 A Solução encontrada para atender à necessidade do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, além do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, se baseia em contratação de empresa com fornecimento de mão de obra especializada à execução do serviço.

7.2 A opção pela contratação de operadores de mídia audiovisual é justificável devido ao serviço em questão demandar conhecimentos técnicos especializados ante a complexidade de operação dos equipamentos de multimídia e o valor econômico dos mesmos. Destaca-se que não há no quadro de pessoal do MAPA cargos específicos destinados à realização das atividades indicadas, as quais são essenciais ao cumprimento da missão institucional deste Ministério.

7.3 Ademais, a profissão de operador de áudio é regida pela Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e regulamentada pelo Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979 e encontra-se amparada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Distrito Federal e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizados no Distrito Federal.

7.4 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no presente estudo, de forma complementar.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 8.1 Determinação do Quantitativo Contratado:

- Para definir a quantidade de pessoal necessário, consideramos os eventos realizados nas duas execuções contratuais, analisando os agendamentos das três salas do complexo de auditórios do Mapa. Também avaliamos a programação ao longo deste ano, a duração média de cada evento, a complexidade da transmissão dos encontros e a carga média diária a que o operador pode ser submetido.

### 8.2 Resultado da Análise:

- Com base nessas considerações, concluímos que são necessários três postos de trabalho permanentes no MAPA para atender às demandas. De acordo com o artigo 18, inciso II, da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, a duração normal do trabalho para operadores de mídia audiovisual é de seis horas nos setores de produção, interpretação, dublagem, tratamento e registro de som e imagem, montagem, arquivamento, transmissão, revelação, cópia de filmes, artes plásticas, animação de desenhos, objetos e manutenção técnica.

### 8.3 Garantia de Qualidade nos Serviços:

- Assim, afirmamos que a manutenção dos três postos de trabalho presentes na contratação atual é essencial para assegurar a qualidade consistente na prestação dos serviços objeto do contrato pretendido. Destaque-se ainda que é assegurada à categoria uma folga semanal remunerada de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, de preferência aos domingos.

## 9. Levantamento de Mercado

9.1 O MAPA possui em vigor um contrato de prestação de serviços para fornecimento de mão de obra de **operador de áudio**, com vigência até o dia 1º de dezembro de 2023, cujo nº é o 27/2021, firmado com a empresa **PERSONNALITÉ SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS EIRELI**. No entanto, devido às atuais demandas impostas pelo mercado de realização de eventos, constatou-se que o referido contrato não está adequado no que concerne ao devido cumprimento da legislação trabalhista, motivo pelo qual se faz necessário o ajuste para o reenquadramento funcional dos profissionais prestadores de serviço para a categoria de operador de mídia audiovisual.

9.2 A prestação dos serviços é feita, prioritariamente, nas 03 (três) salas que compõem o conjunto de auditórios do Mapa, destacando que a necessidade de correção do objeto se deve às demandas atuais dos usuários habituais do

espaço, já que devido ao cenário gerado pela pandemia de COVID-19, os eventos realizados nos auditórios agora se caracterizam, de forma bastante significativa, pela participação remota das pessoas e, fundamentalmente, pelo uso intensivo de aplicativos e arquivos relacionados à mídia audiovisual. Isso inclui transmissões ao vivo em várias plataformas. É importante destacar que problemas na operação ou manutenção do Sistema de Áudio e suas transmissões associadas podem afetar a qualidade do material produzido.

9.3 Ante o quadro exposto, foram envidados esforços para levantamento de valores de contratações similares junto a outros órgãos da Administração Pública Federal, além da confecção de Planilha de Formação de Custo com base nos atuais valores previstos na CCT SINRAD 2023, com vistas a se obter uma estimativa de valores razoável e compatível com o mercado, minorando assim, o risco da realização de certame deserto, além de obter elementos para subsidiar futuras tomadas de decisões com vistas à pretensa contratação.

9.4 A pesquisa de preços está materializada no documento Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 30884421), elaborado no formato de planilha eletrônica em que estão disponíveis todas as fórmulas utilizadas, a fim de possibilitar a conferência dos atores envolvidos, bem como dos órgãos de controle interno e externo acerca da metodologia utilizada para obtenção do preço estimado. O método estatístico escolhido para aplicação do valor estimado foi a **MÉDIA**. Por haver permissão de uso prevista na IN SEGES/ME nº 73/2020, não é necessário justificar a sua utilização. Ressalte-se que não houve a necessidade de desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados.

9.5 Para obtenção dos valores finais, procedeu-se com o levantamento dos certames licitatórios em que os objetos guardassem similaridade com o objeto da contratação em tela. Para tanto, realizaram-se consultas ao Painel de Preços do governo federal e, de forma complementar, às contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública. Os documentos obtidos/gerados foram acostados aos autos (SEI nº 30881887, 30882072, 30882316, 30882737, 30883040, 30883197, 30883331, 30883491, 30883696, 30884421), ressaltando que nas contratações constantes da presente análise, foram utilizadas apenas informações que guardam similitude com o objeto da pretensa contratação. Destaque-se que foi usado o recurso de elaboração de Planilha de Formação de Preços (SEI 30884113) para concluir a composição dos valores máximos aceitáveis para abertura do certame, de forma a se obter valores mais próximos à realidade de mercado.

9.6 Definidos os parâmetros de obtenção dos valores finais, segue quadro resumo dos montantes obtidos que determinam o valor máximo admitido para o certame.

#	UASG-Nº DO PREGÃO / FORNECEDOR	QTD	PREÇO UNIT	MÉDIA POR POSTO	TOTAL ESTIMADO MENSAL	TOTAL ESTIMADO ANUAL
1	Min. da Justiça e Segurança Pública - UASG 200005 - Pregão 18/2022 - SEI Nº 30883040	3	R\$ 11.988,81	R\$ 12.535,77	R\$ 37.607,31	R\$ 451.287,11
2	Ministério Público do Trabalho - UASG 200200 - Pregão 02 /2023 - SEI Nº 30883491		R\$ 11.174,10			
3	Controladoria Geral da União - UASG 370003 - Pregão 12 /2022 - SEI Nº 30881887		R\$ 12.444,46			

4	Planilha de Formação de Preços com base na CCT SINRAD 2023 - SEI Nº 32487096		R\$ 14.535,73			
---	--	--	---------------	--	--	--

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

9.1 O levantamento de mercado foi realizado tomando como base os valores de contratações similares junto à Administração Pública, além da elaboração de Planilha de Formação de Custos com base na CCT SINRAD 2023, conforme detalhamento constante do item 8 do presente ETP.

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O objeto da contratação será licitado em um único lote tendo em vista que os três postos estão diretamente relacionados.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Não há contratações correlatas/interdependentes.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 As instituições e Órgãos da Administração Pública Federal tem o dever de alinhar suas propostas de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratação desalinhada com os objetivos estabelecidos e gastos desnecessários para a organização.

13.2 Assim, o alinhamento da proposta de contratação foi feito em consonância com o planejamento estratégico do MAPA e os programas, projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos de orçamento do governo federal (PPA, LDO e LOA).

13.3 O atual planejamento estratégico do MAPA encontra-se disponível no sítio: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa>.

## 14. Resultados Pretendidos

14.1 Com essa contratação pretende-se garantir a plena execução do futuro contrato de empresa especializada para prestação de serviços de operação de mídias audiovisuais, com fornecimento de mão de obra, visando à manutenção da operacionalização dos equipamentos de áudio e vídeo existentes, e os que vierem a ser adquiridos, nos edifícios sede e anexo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1 Não serão necessárias providências para adequação do ambiente de trabalho.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Como se trata de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação de equipamentos de áudio e vídeo, com fornecimento de mão de obra para operacionalização os equipamentos de áudio e vídeo, não há previsão de impacto ambiental, pois os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades que serão abrangidas pela prestação do serviço.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente estudo técnico preliminar está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis com o mercado atual, caracterizando, portanto, dadas as novas especificidades, a economicidade, e os riscos envolvidos são administráveis, motivos pelos quais declaramos ser viável a contratação proposta.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE LUCIO DOS SANTOS COSTA**

Membro da comissão de contratação

**CLARA PANDOLFI DOS SANTOS**

Agente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 06/12/2023 às 14:17:52.*

**JULLY MADRUGA DE CASTRO**

Agente de contratação

